



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Ceará

# PLANO ESTRATÉGICO 2021 - 2026



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

## **Presidente**

DES. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

## **Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

DES. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

## **Membros**

DR. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSFAVA

DR. RAIMUNDO DEUSDETH RODRIGUES JÚNIOR

DR. GEORGE MARMELSTEIN LIMA

DR. DAVID SOMBRA PEIXOTO

DR<sup>a</sup> KAMILE MOREIRA CASTRO

## **Procurador Regional Eleitoral**

DR. SAMUEL MIRANDA ARRUDA

## **Secretário**

DR. HUGO PEREIRA FILHO

# COMITÊ ESTRATÉGICO

## **Diretoria-Geral**

HUGO PEREIRA FILHO

## **Assessoria Jurídica da Presidência**

MARIA CECÍLIA DE SÁ ARRUDA

## **Secretarias**

PEDRO BRUNO TRIGUEIRO (SCR)

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE (SCI)

BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO (SAD)

CYNTIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO (SGP)

IBERÊ COMIN NUNES (SOF)

LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO (STI)

ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES (SJU)

## **Coordenadorias**

ROBERTA LAENA COSTA JUCÁ (COEJE)

EDNA FERNANDES SABÓIA (COELE)

"A única constante  
é a mudança."



Heráclito de Éfeso (aprox. 500 a.C. - 450 a.C.)



## APRESENTAÇÃO

O planejamento estratégico funciona como um ponto de partida para todas as ações que uma organização realizará ao longo de um período para chegar na **Visão** de futuro almejada. Ele ajuda a criar um **plano para o futuro**, concentrando os recursos na **Estratégia**, com foco no que realmente importa a longo prazo, ou seja, aquilo que vai trazer **melhores resultados em prol dos objetivos institucionais**.

Assim, este plano foi concebido pela reflexão das contínuas mudanças nos ambientes externo e interno, objetivando **reconhecer problemas** que possam surgir ao longo do caminho e **identificar oportunidades** de melhoria na prestação do melhor serviço público à população. Portanto, mesmo que o mundo esteja em constante transformação, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará está devidamente preparado para cumprir suas funções constitucionais com determinação, propósito e clareza.

Dessa forma, o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará para o sexênio 2021-2026, instituído pela Resolução TRE-CE nº 793/2020, busca consolidar a **cultura da excelência** e o **comprometimento** de todos os magistrados, servidores e colaboradores com a melhoria contínua do serviço eleitoral.



## INTRODUÇÃO

Durante o encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico 2015-2020, o TRE-CE promoveu as ações necessárias para estabelecer este novo plano, em alinhamento com a **Estratégia Nacional do Poder Judiciário** para o período de 2021 a 2026, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020. Nesse lineamento, com ampla participação e colaboração das diversas áreas que compõem a estrutura orgânica do Tribunal, deu-se a formulação deste novo **Plano Estratégico**, que preserva as melhores características do plano anterior com vistas à manutenção das realizações já alcançadas, mas que agrega novas diretrizes para atender às expectativas emergentes da sociedade num mundo em constante mudança.



Não se pode deixar de mencionar que a transição entre os ciclos da nossa Estratégia, ocorreu durante a **pandemia do novo coronavírus**, circunstância incomum que impôs a adoção de uma metodologia inovadora para o desenvolvimento deste Plano, que buscou assegurar a qualidade da reflexão institucional, mas sem olvidar das restrições decorrentes dos rígidos protocolos sanitários.

Por isso, as discussões para construção da **Estratégia** deram-se, principalmente, por meio dos canais virtuais, com amplo uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. A Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG) forneceu o suporte metodológico às áreas do **Comitê Estratégico** para construir uma visão compartilhada dos grandes desafios institucionais (**Macrodesafios**), sob os quais foram delineados os respectivos **Indicadores de Desempenho**, os **Objetivos Institucionais** e as **Iniciativas Estratégicas** que constituem a bússola de atuação do Tribunal no período de 2021 a 2026.



É preciso destacar o **engajamento do corpo funcional do Tribunal**. A inestimável contribuição dos magistrados e servidores que atuam na Justiça Eleitoral do Ceará foi fundamental para definir as **prioridades estratégicas** e para assegurar a justa sintonia com as **expectativas das partes interessadas**. É notório que essa convergência de esforços foi possível pelo contínuo melhoramento da nossa gestão estratégica e da nossa governança, que avançam a cada ciclo de planejamento.

Assim, este Plano consolida a nossa visão comum sobre as mudanças necessárias para que o TRE-CE continue a ser reconhecido como a **instituição protetora da democracia** e **garantidora da legitimidade do processo eleitoral** no âmbito da sua jurisdição.





## A JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

Segmento do Poder Judiciário especializado na matéria eleitoral, com jurisdição delimitada no Estado do Ceará, constituído pelo **Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE)**, pelos **juízes eleitorais** e pelas **juntas eleitorais**. O TRE-CE exerce sua função constitucional, em linha com as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral, para assegurar o exercício da democracia, gerindo o processo eleitoral no âmbito do Ceará e seus municípios, e exercendo suas competências em quatro frentes:

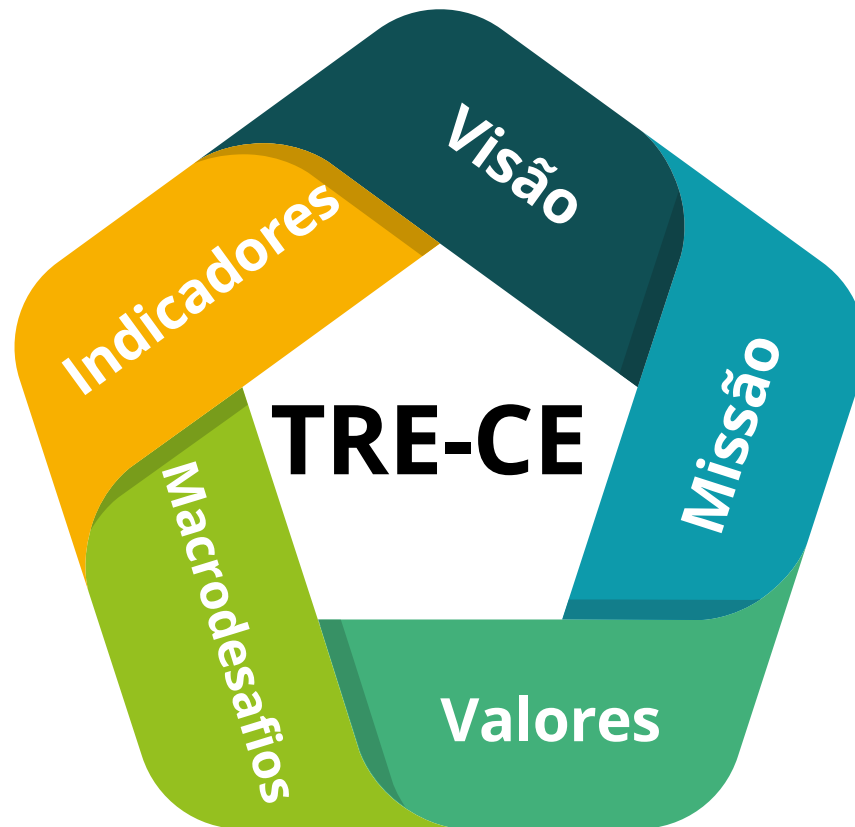


## GERAÇÃO DE VALOR

O TRE-CE mantém um modelo institucional para criar, entregar e capturar valor nos contextos econômicos e sociais para a sociedade. De forma que todos os seus capitais humanos, intelectuais, materiais e financeiros são empenhados na consecução de serviços e resultados no cumprimento de sua **missão**, a fim de cumprir **objetivos institucionais** e gerar valor ao longo do tempo.



## METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



### Construção colaborativa, participativa e democrática

A construção deste **Plano Estratégico 2021-2026** deu-se de forma colaborativa, participativa e democrática, com envolvimento de todas as áreas institucionais mediante a interlocução do **Comitê Estratégico**.

Dessa forma, o processo de planejamento estratégico na Justiça Eleitoral do Ceará seguiu uma metodologia iterativa, com ampla participação do corpo gerencial na formatação das **diretrizes estratégicas** e seus **desdobramentos**.

Inicialmente, ainda durante o segundo semestre de 2020, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão apresentou um cronograma de trabalho baseado na **Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026** aprovada pela Resolução CNJ nº 325/2020.

Como parte dessa metodologia os gestores que compõem o Comitê Estratégico promoveram reflexões internas com suas equipes para identificar as contribuições pertinentes ao enfrentamento dos **Macrodessafios**.



## Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral 2021-2026

### Etapas

A elaboração do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará para o ciclo 2021-2026 foi dividida em quatro etapas:







## VALORES INSTITUCIONAIS

A seguir, são apresentados os sete valores mais representativos da nossa cultura organizacional



## PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS



### Perspectiva Sociedade

Permite avaliar o impacto da estratégia e como a instituição se relaciona com os beneficiários de seus serviços.

### Perspectiva Processos Internos

Trata-se do aperfeiçoamento dos procedimentos para alcançar a excelência dos serviços prestados à sociedade.

### Perspectiva Aprendizado e Crescimento

É a base para a concretização dos objetivos das outras perspectivas, e visa garantir os recursos financeiros, tecnológicos e de pessoal para a entrega dos serviços à sociedade.





## MAPA ESTRATÉGICO

**Missão:** Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

**Visão:** Ser modelo de excelência na gestão do processo e na educação política da sociedade.

### Valores

Transparência

Valorização de pessoas

Ética

Satisfação do usuário

Excelência

Cidadania

Inovação

### Sociedade

Garantia dos Direitos Fundamentais

Fortalecimento da Relação Institucional do  
Poder Judiciário com a Sociedade

### Processos Internos

Agilidade e Produtividade  
na Prestação Jurisdicional

Aperfeiçoamento da Gestão  
Administrativa e da Governança  
Judiciária

Enfrentamento à Corrupção, à  
Improbidade Administrativa e aos  
Ilícitos Eleitorais

Promoção da Sustentabilidade

### Aprendizado e Crescimento

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Aperfeiçoamento da Gestão  
Orçamentária e Financeira

Fortalecimento da Estratégia Nacional de  
TIC e de Proteção de Dados





ALINHAMENTO



## Perspectiva Sociedade

### **Macrodessafio** Garantia dos Direitos Fundamentais

#### Indicadores

- Índice de Ações de Inclusão Eleitoral
- Índice de Acesso à Justiça
- Índice de Acessibilidade
- Índice de Adequação Predial das Unidades Cartorárias
- Índice de Promoção de Educação Política sobre o Processo Eleitoral e a Participação Democrática Inclusiva.

#### Objetivos Institucionais

- \* Fomentar ações de educação política e de promoção do voto consciente \*
- \*Promover ações de inclusão eleitoral destinadas às minorias sociais e aos presos provisórios
- \*Intensificar as ações de promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na prestação dos serviços eleitorais

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.



## Perspectiva Sociedade

### Macrodesafio

Fortalecimento da Relação  
Institucional do Poder Judiciário com  
a Sociedade

#### Indicadores

- Índice de Satisfação do Usuário via Sistema de Ouvidoria
- Pesquisa de Satisfação do Poder Judiciário
- Índice de Transparência

#### Objetivos Institucionais

- Implementar a política de comunicação institucional
- Aprimorar os mecanismos de transparência e accountability, inclusive com a disponibilização de dados abertos
- Aperfeiçoar os sistemas de avaliação da satisfação da sociedade
- Fomentar as parcerias com instituições do Estado e da sociedade civil com vistas à inovação na atuação institucional

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.



## Perspectiva Processos Internos

**Macrodesafio**  
Agilidade e Produtividade  
na Prestação Jurisdicional

### Indicadores

- Taxa de congestionamento líquida (TCL), exceto execuções fiscais
- Índice de atendimento à demanda (IAD)
- Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos

### Objetivos Institucionais

- Aumentar a celeridade, transparência e produtividade da prestação jurisdicional
- Ampliar a adoção de tecnologias de virtualização no processo judicial
- Aprimorar os processos de gestão de eleições
- Aprimorar a gestão processual na 1ª e na 2ª instância de jurisdição
- Aprimorar os meios e as ferramentas de monitoramento das estatísticas processuais

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.



## Perspectiva Processos Internos

**Macrodesafio**  
Enfrentamento à Corrupção, à  
Improbidade Administrativa e  
aos Ilícitos Eleitorais

### Indicadores

- Índice de prescrição
- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE)
- Índice de processos administrativos disciplinares baixados
- Índice de execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria
- Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle

### Objetivos Institucionais

- Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa
- Aprimorar as ações de controle relacionadas ao monitoramento do cadastro eleitoral
- Aperfeiçoar os mecanismos de inspeção e correição
- Aprimorar as atividades de auditoria interna
- Adotar medidas institucionais para assegurar a integridade e o compliance em apoio à boa governança

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.



## Perspectiva Processos Internos

**Macrodesafio**  
Promoção da  
Sustentabilidade

### Indicador

- Índice de desempenho de sustentabilidade (IDS)

### Objetivo Institucional

- Institucionalizar as melhores práticas de sustentabilidade, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.



## Perspectiva Processos Internos

**Macrodesafio**  
Aperfeiçoamento da Gestão  
Administrativa e da  
Governança Judiciária

### Indicadores

- Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"
- Índice de Maturidade em Governança Pública
- Índice de Maturidade em Gestão Estratégica
- Índice de Maturidade em Gestão de Riscos
- Índice de Governança das Aquisições
- Índice de Gestão das Aquisições
- Índice de execução do Planejamento Integrado das Eleições
- Índice de celeridade na atualização de direitos políticos

### Objetivos Institucionais

- Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão pública
- Aprimorar o sistema de gestão de riscos e controles internos
- Aperfeiçoar a estrutura orgânica do Tribunal
- Aprimorar o processo de formulação e acompanhamento de planos institucionais
- Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão das contratações
- Fomentar a celebração de compras sustentáveis e compartilhadas
- Assegurar os recursos para atendimento às demandas prioritárias do 1º grau de jurisdição

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.





## Perspectiva Aprendizado e Crescimento

### Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

#### Indicadores

- Percentual da força de trabalho total participante de ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV)
- Índice de capacitação de servidores
- Índice de governança de pessoal

#### Objetivos Institucionais

- Aperfeiçoar a governança em gestão de pessoas
- Aprimorar o sistema de gestão da ética
- Aperfeiçoar o modelo de gestão por competências
- Aprimorar a sistemática de gerenciamento da distribuição da força de trabalho
- Intensificar as ações de promoção de saúde e qualidade de vida de magistrados e servidores
- Aprimorar as ações de educação continuada para magistrados e servidores
- Implantar política de sucessão para líderes na carreira gerencial e para as ocupações críticas mapeadas
- Desenvolver o sistema para avaliação de desempenho de gestores e servidores por meio da aplicação de critérios objetivos
- Fomentar ações de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação
- Promover ações de incentivo à participação feminina nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos, visando assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional
- Ampliar a adoção de tecnologias assistivas e de ações inclusivas para assegurar a plena participação de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários com deficiência ou mobilidade reduzida, em igualdade de oportunidades com os demais

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.



## Perspectiva Aprendizado e Crescimento

**Macrodesafio**  
Aperfeiçoamento da Gestão  
Orçamentária e Financeira

### Indicadores

- Índice de perda orçamentária
- Índice de aderência orçamentária
- Índice de agilidade dos procedimentos de liquidação e pagamento

### Objetivos Institucionais

- Aprimorar a compatibilização do orçamento anual com o planejamento estratégico
- Melhorar a qualidade do gasto público

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.



## Perspectiva Aprendizado e Crescimento

### Macrodesafio

Fortalecimento da Estratégia  
Nacional de TIC e de Proteção  
de Dados

#### Indicadores

- IGovTIC-JUD
- Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total
- Índice de atendimento às demandas por informatização de processos

#### Objetivos Institucionais

- Melhorar a infraestrutura tecnológica das unidades judiciárias e administrativas
- Aprimorar a governança de TIC
- Implementar a política de segurança de TIC
- Aprimorar o processo de aquisição e de desenvolvimento de soluções de TIC
- Assegurar a integração, a interoperabilidade, a padronização e a usabilidade das soluções de TIC
- Assegurar adequado suporte de TIC às áreas de apoio
- Desenvolver processos para classificação e tratamento de informações, assegurando a proteção dos dados críticos nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

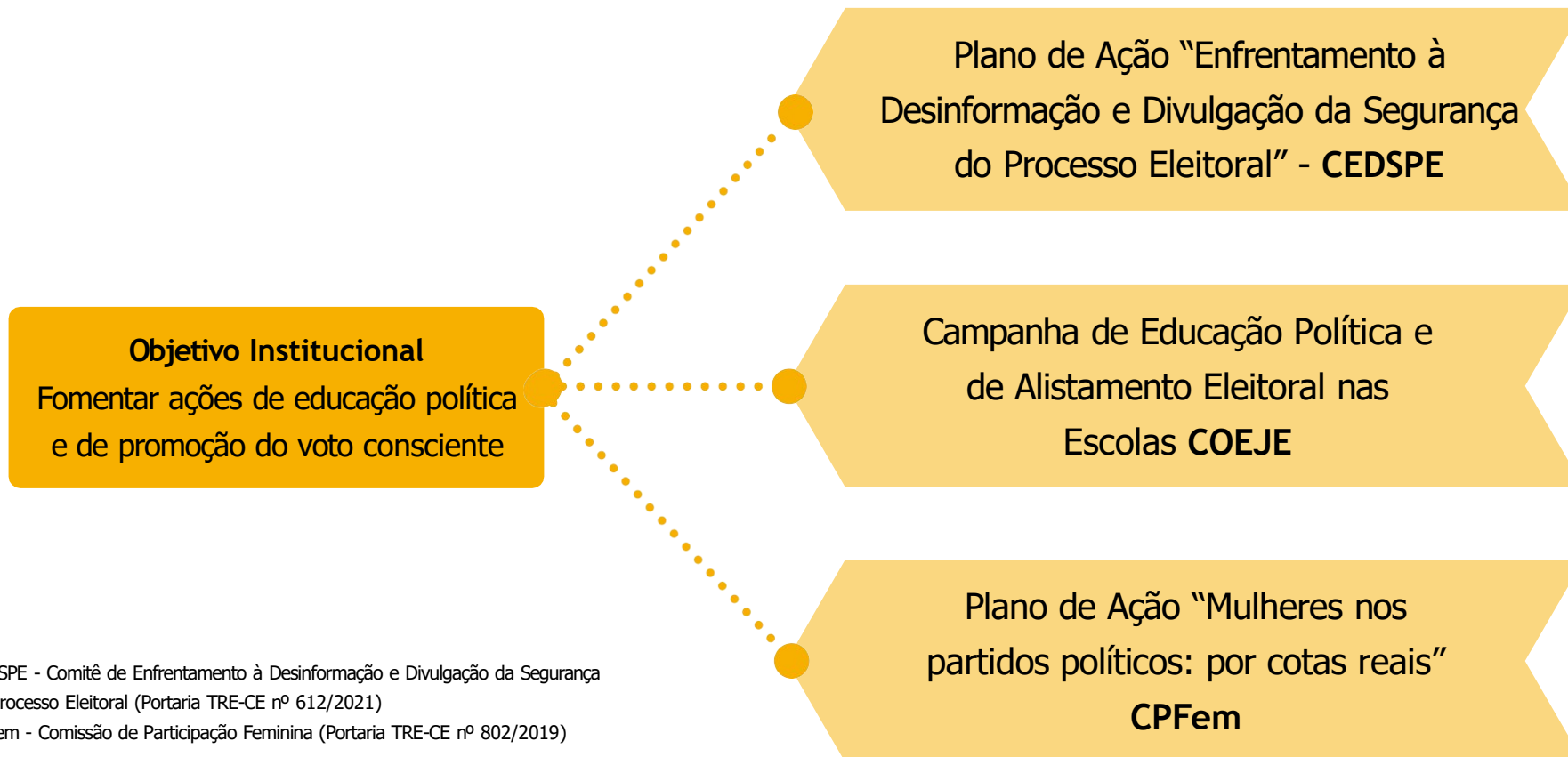




DESDOBRAMENTO



## Macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais



CEDSPE - Comitê de Enfrentamento à Desinformação e Divulgação da Segurança do Processo Eleitoral (Portaria TRE-CE nº 612/2021)

CPFem - Comissão de Participação Feminina (Portaria TRE-CE nº 802/2019)



## Macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais

### Objetivo Institucional

Promover ações de inclusão eleitoral destinadas às minorias sociais e aos presos provisórios

Plano de Ação  
"Voto dos Presos Provisórios"  
**SCR**

### Objetivo Institucional

Intensificar as ações de promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na prestação dos serviços eleitorais

Plano de Ação  
"Acessibilidade e Inclusão nas Eleições"  
**ASCIR**

Plano de Ação  
"Acessibilidade nas Unidades Cartorárias"  
**SAREN**



## Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

**Objetivo Institucional**  
Implementar a política de  
comunicação institucional

Regulamentação da Política de  
Comunicação Institucional  
**ASCOM**

Publicação do Manual de  
Comunicação Acessível e Inclusiva  
**ASCOM**



## Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

### Objetivo Institucional

Aprimorar os mecanismos de  
transparência e accountability,  
inclusive com a disponibilização  
de dados abertos

Plano de Ação "Transparência  
100%"  
ASCIR e SPE

Institucionalização do  
Plano de Dados Abertos - PDA  
STI





## Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

### Objetivo Institucional

Aperfeiçoar os sistemas de avaliação  
da satisfação da sociedade

Reformulação da Pesquisa de  
Satisfação  
**OUVIR**

### Objetivo Institucional

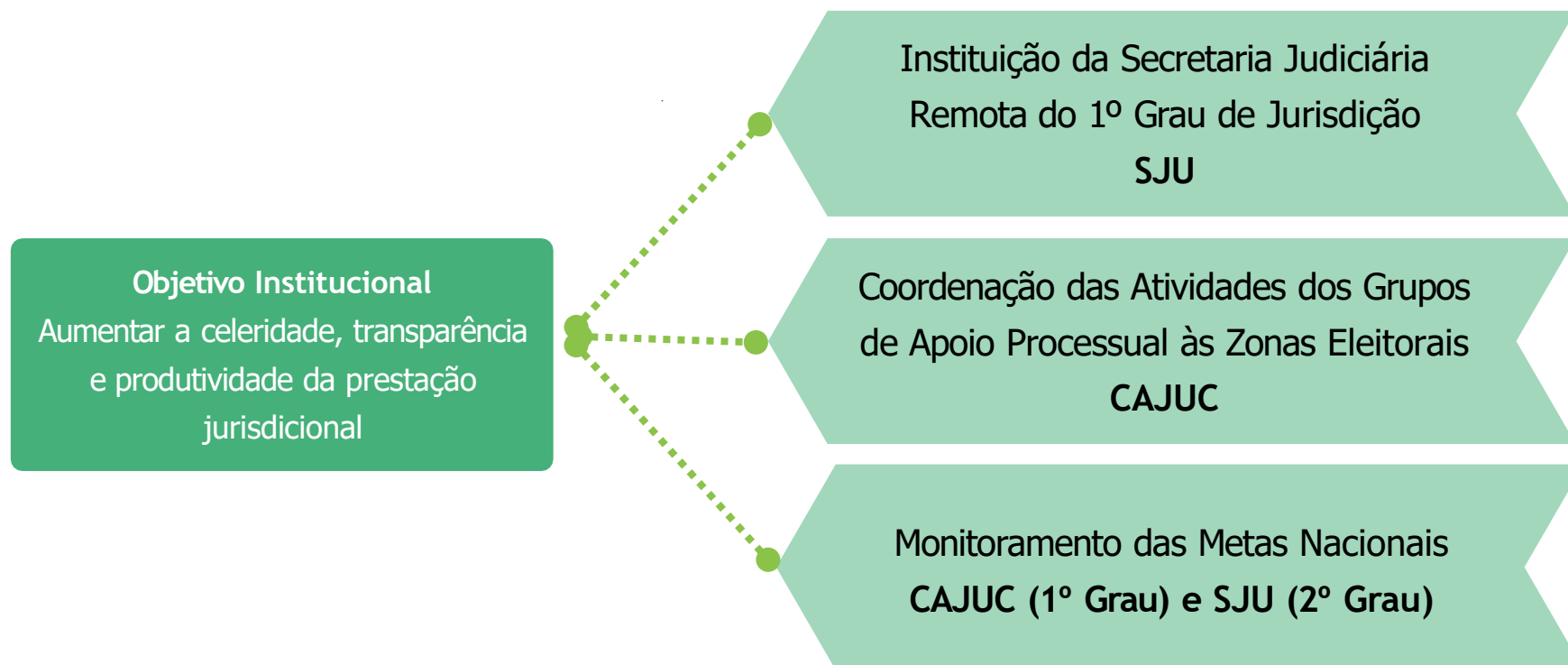
Fomentar as parcerias com  
instituições do Estado e da sociedade  
civil com vistas à inovação na atuação  
institucional

Criação da Rede de Inovação  
na Gestão Pública  
**LIODS**

LIODS - Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de  
Desenvolvimento Sustentável (Portaria TRE-CE nº 544/2021)



## Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



## Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

### Objetivo Institucional

Ampliar a adoção de tecnologias  
de virtualização no processo  
judicial

Implantação do “Juízo 100% Digital” em  
Todas as Unidades Judiciárias do 1º Grau  
**CAJUC**

### Objetivo Institucional

Aprimorar os processos de gestão  
de eleições

Implementação do Planejamento  
Integrado de Eleições  
**SEC**



## Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

### Objetivo Institucional

Aprimorar a gestão processual na 1ª  
e na 2ª instância de jurisdição

Reformulação do Núcleo de Estatística  
para análise da produtividade processual  
**DIGER**

### Objetivo Institucional

Aprimorar os meios e as  
ferramentas de monitoramento das  
estatísticas

Implantação do “Portal de Estatística  
Processual” com *Business Intelligence*  
**SEEST**



## Macrodesafio Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

**Objetivo Institucional**  
Aprimorar os mecanismos de  
combate à corrupção e improbidade  
administrativa

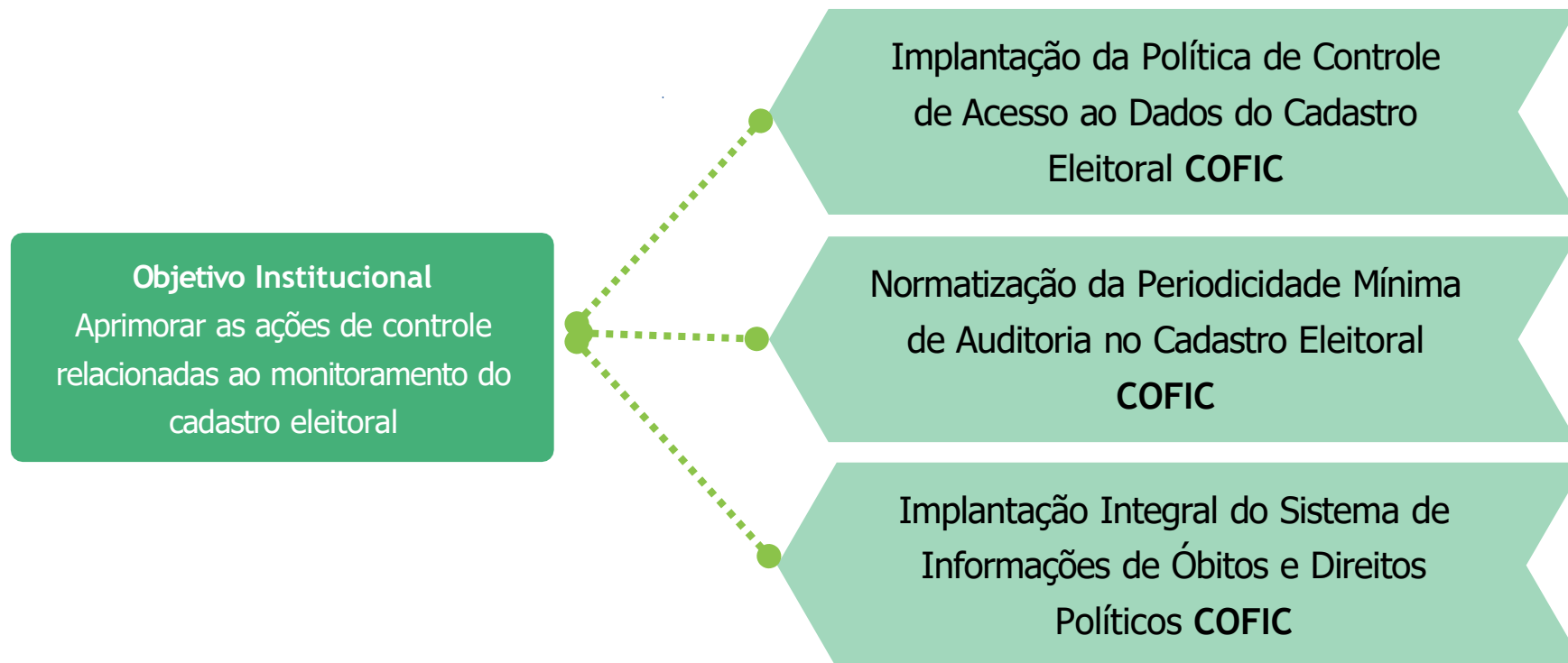
Plano de Ação do Programa Nacional de  
Prevenção à Corrupção – PNPC  
**SCI**

**Objetivo Institucional**  
Aperfeiçoar os mecanismos  
de inspeção e correção

Implantação da Sistemática Permanente  
dos Trabalhos Correicionais Virtuais  
**CAJUC**



## Macrodesafio Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais



## Macrodesafio Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

**Objetivo Institucional**  
Aprimorar as atividades de  
auditoria interna

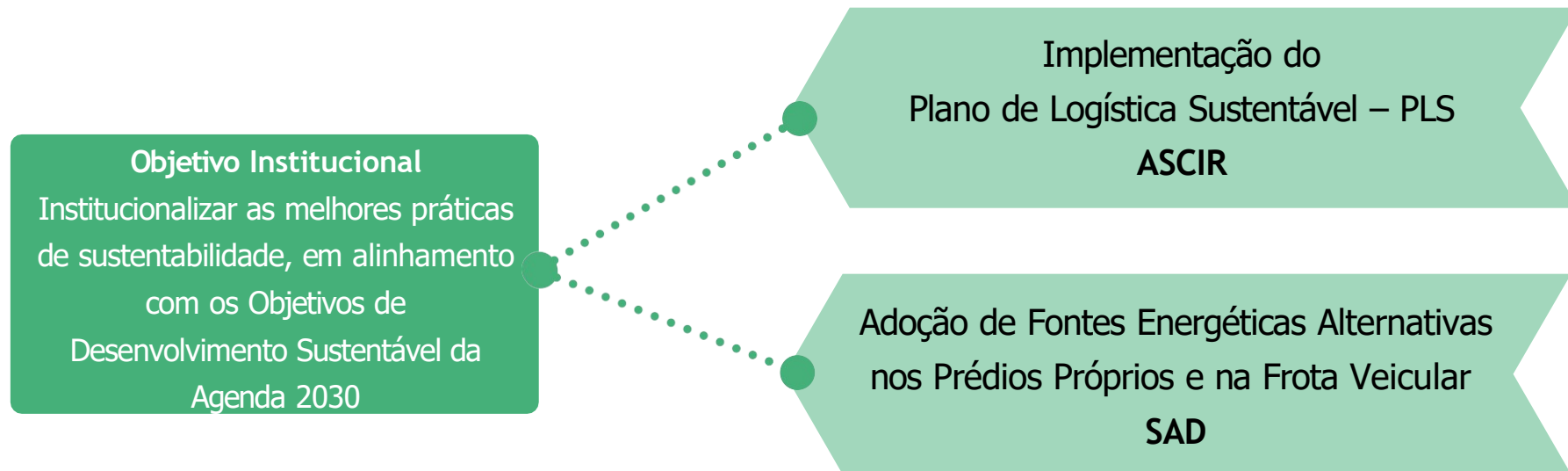
Implementação dos Planos  
Anuais de Auditoria - PAA  
**COAUD**

**Objetivo Institucional**  
Adotar medidas institucionais para  
assegurar a integridade e o  
compliance em apoio à boa

Institucionalização do Sistema  
de Integridade **DIGER**



## Macrodesafio Promoção da Sustentabilidade





## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

**Objetivo Institucional**  
Aperfeiçoar o modelo de governança  
e gestão pública

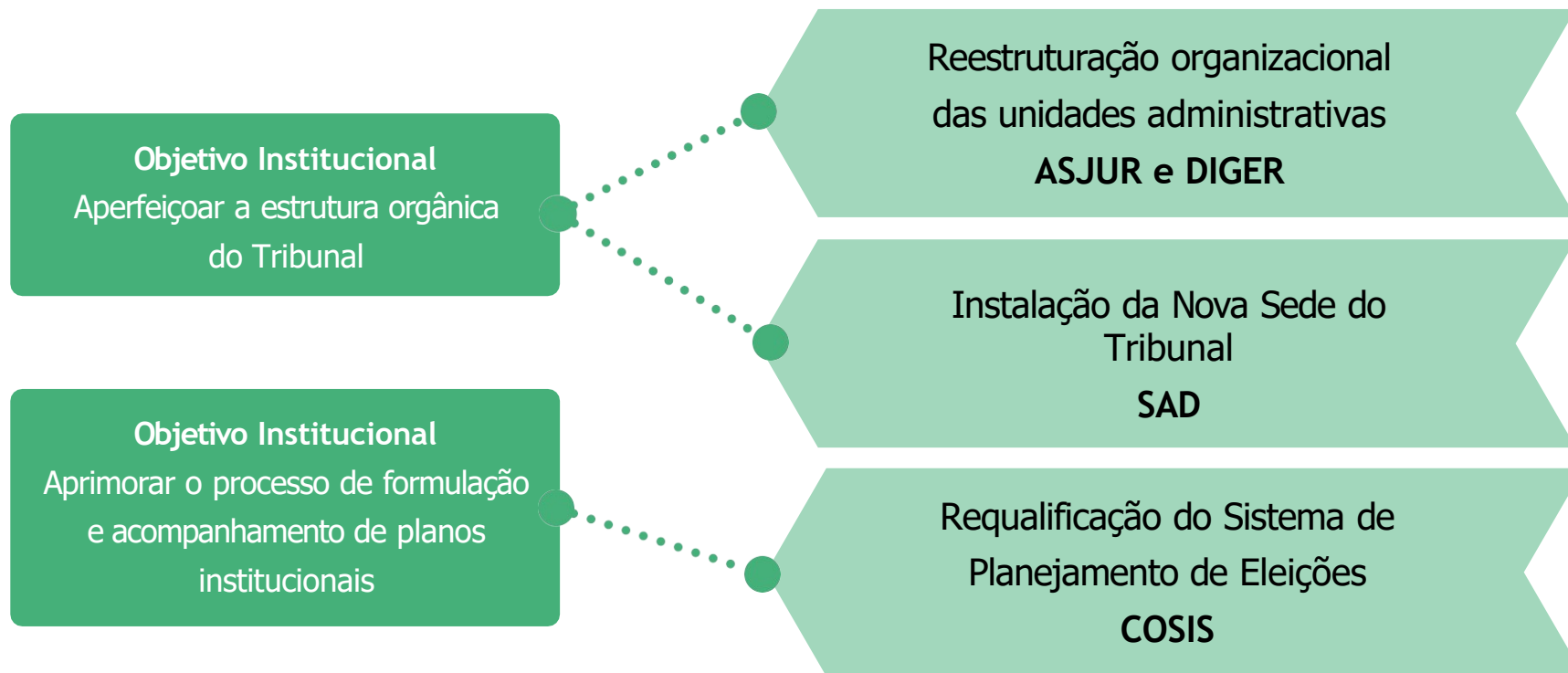
Implementação do “Portal da Estratégia”  
para Monitoramento do Desempenho  
**SPE**

**Objetivo Institucional**  
Aprimorar o sistema de gestão  
de riscos e controles internos

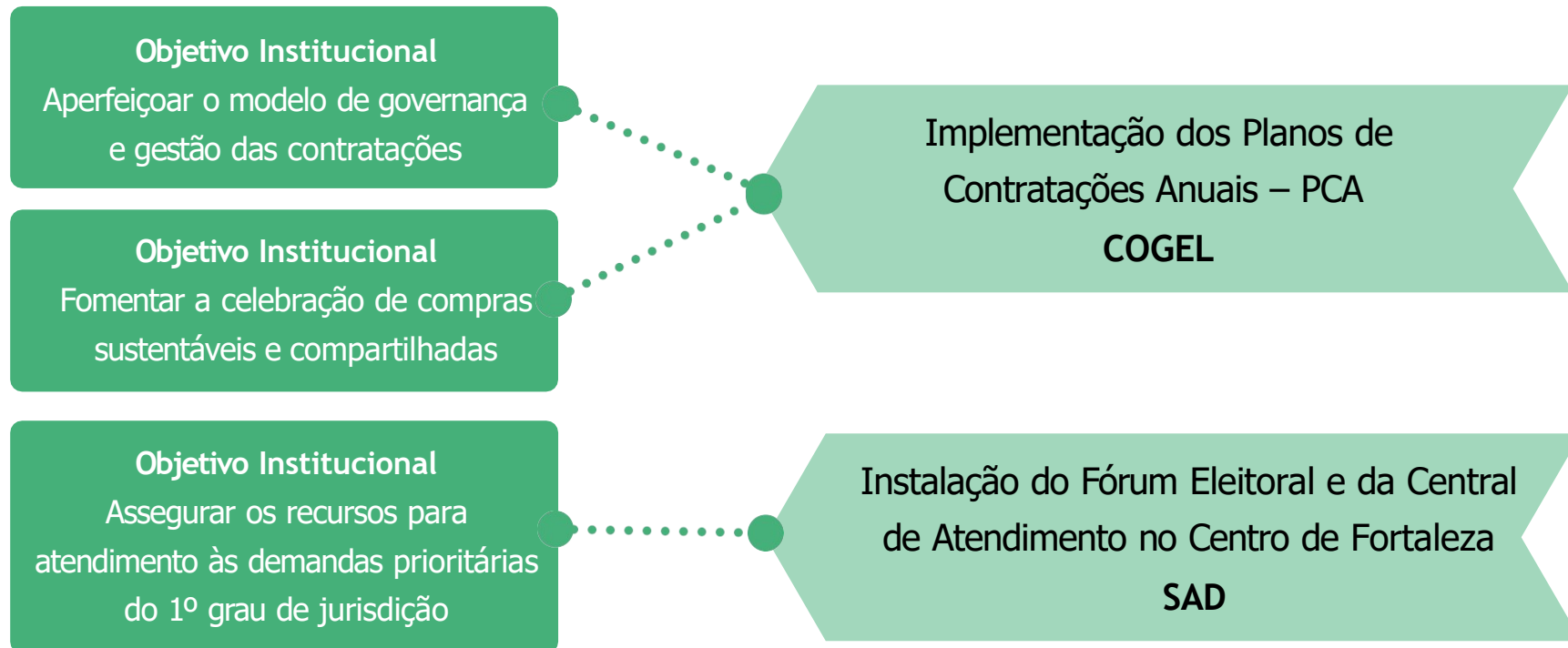
Institucionalização do Plano de  
Gestão de Riscos – PGR  
**ASCIR**



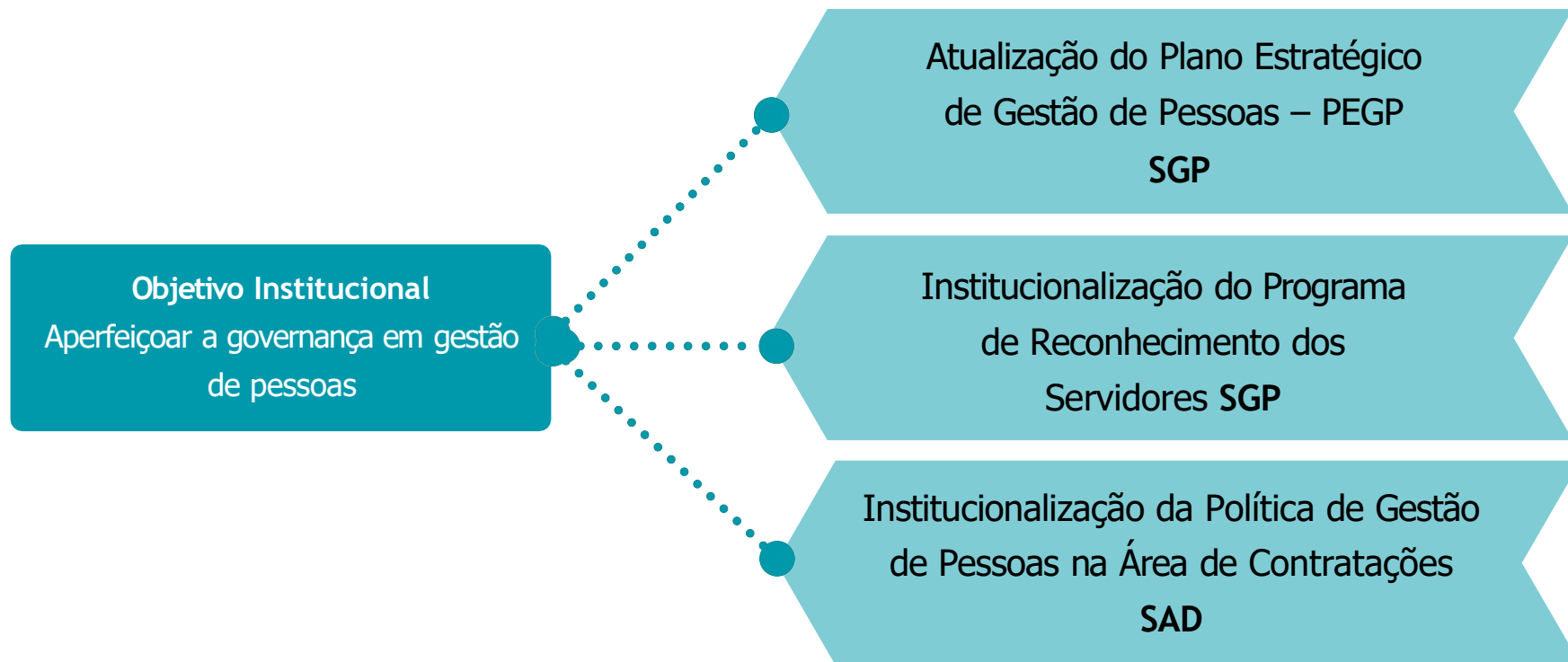
## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

**Objetivo Institucional**  
Aprimorar o sistema de gestão da  
ética

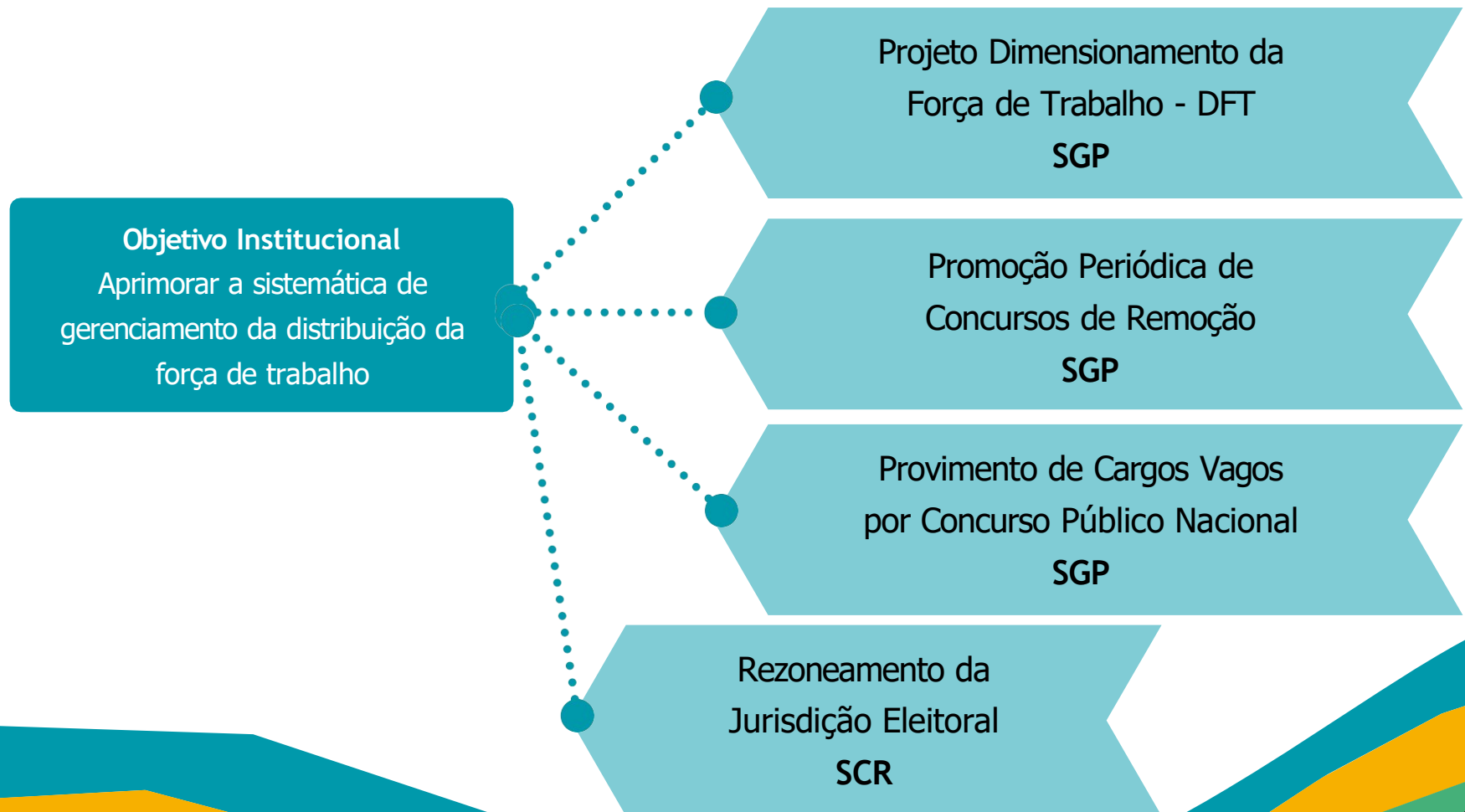
Normatização de Condutas e Padrões  
Éticos na Área de Contratações  
**CPE**

**Objetivo Institucional**  
Aperfeiçoar o modelo de gestão  
por competências

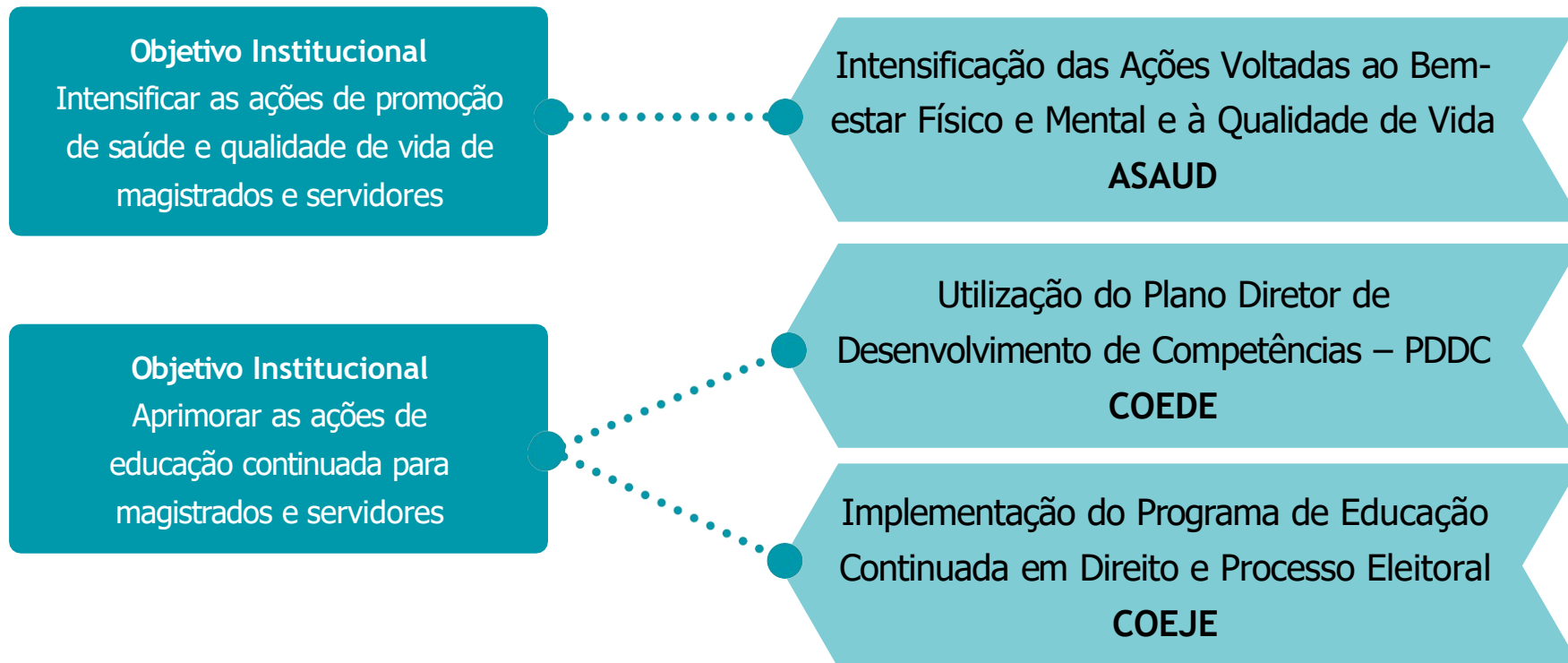
Fortalecimento da Gestão por  
Competências com Foco no Feedback  
**COEDE**



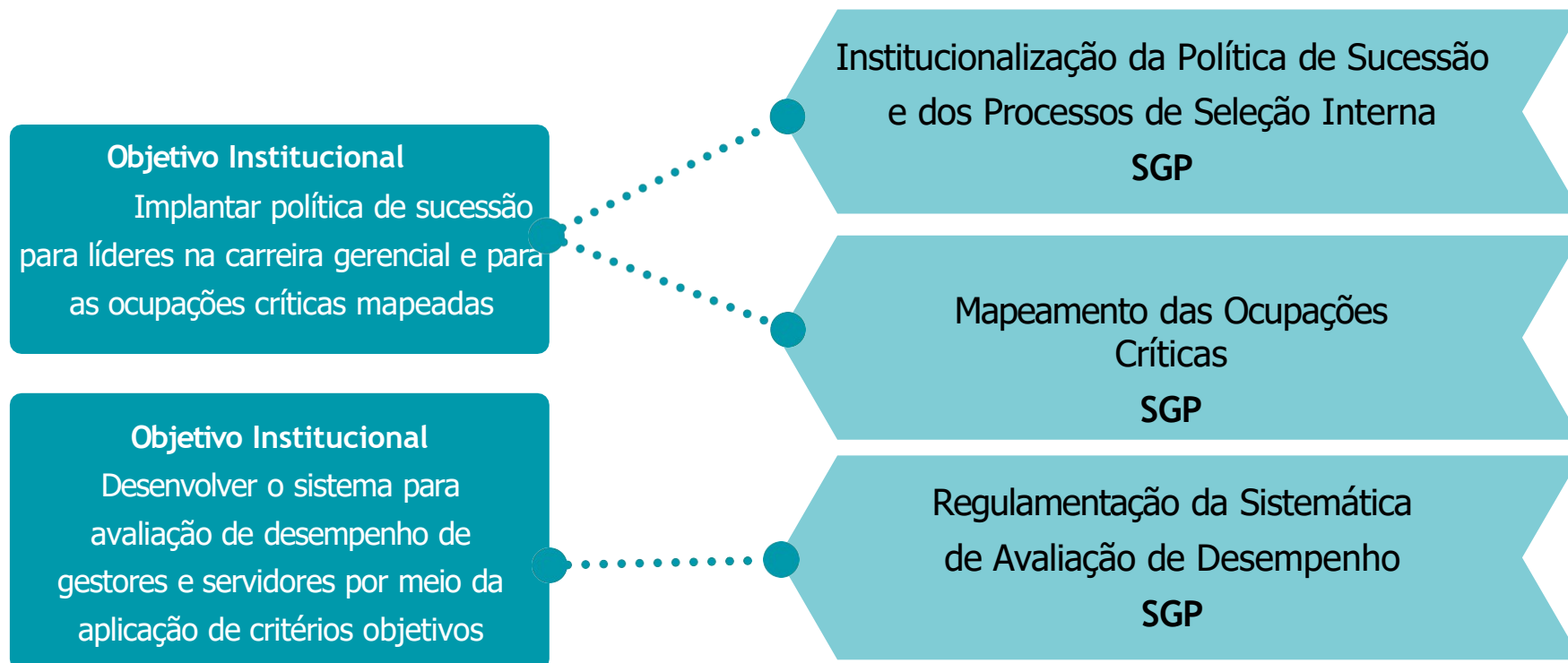
## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

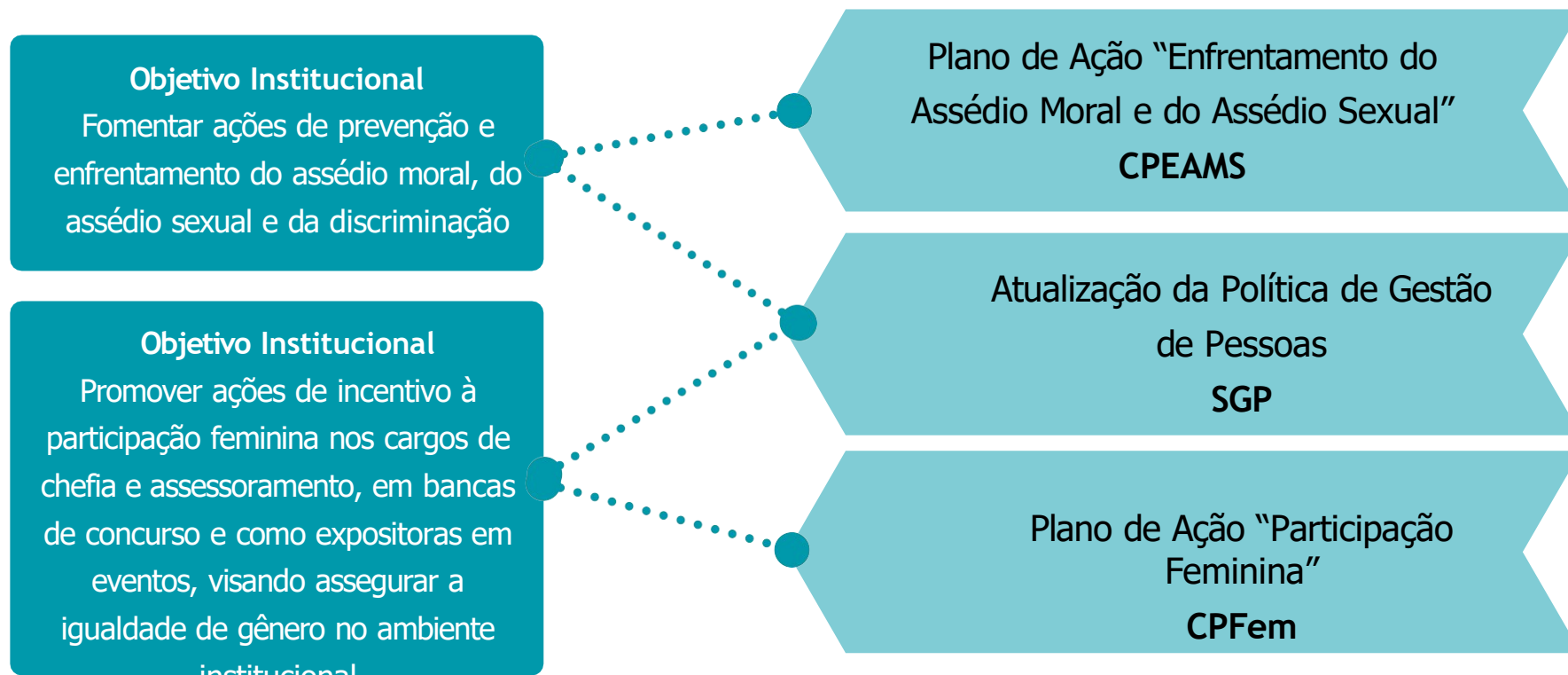


## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas





## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



CPEAMS - Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual (Portaria TRE-CE nº 98/2021)

CPFem - Comissão de Participação Feminina (Portaria TRE-CE nº 802/2019)



## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

### Objetivo Institucional

Ampliar a adoção de tecnologias assistivas e de ações inclusivas para assegurar a plena participação de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários com deficiência ou mobilidade reduzida, em igualdade de oportunidades com os demais

Plano de Ação "Capacitação  
sobre Acessibilidade e Inclusão"  
**COEDE**



## Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

**Objetivo Institucional**  
Aprimorar a compatibilização do  
orçamento anual com o  
planejamento estratégico

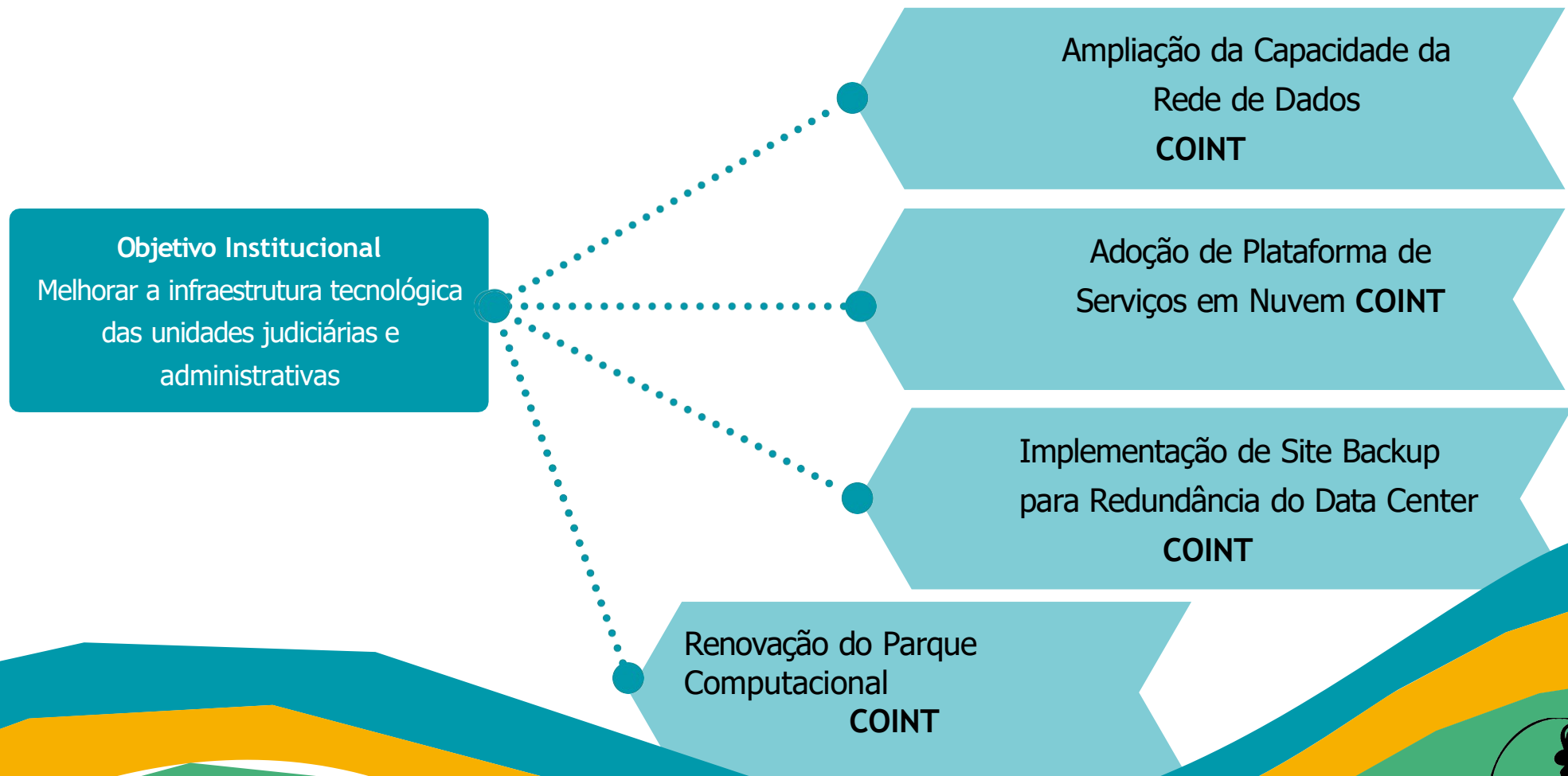
Requalificação do Sistema de  
Planejamento, Orçamento e  
Gestão **COSIS**

**Objetivo Institucional**  
Melhorar a qualidade do gasto  
público

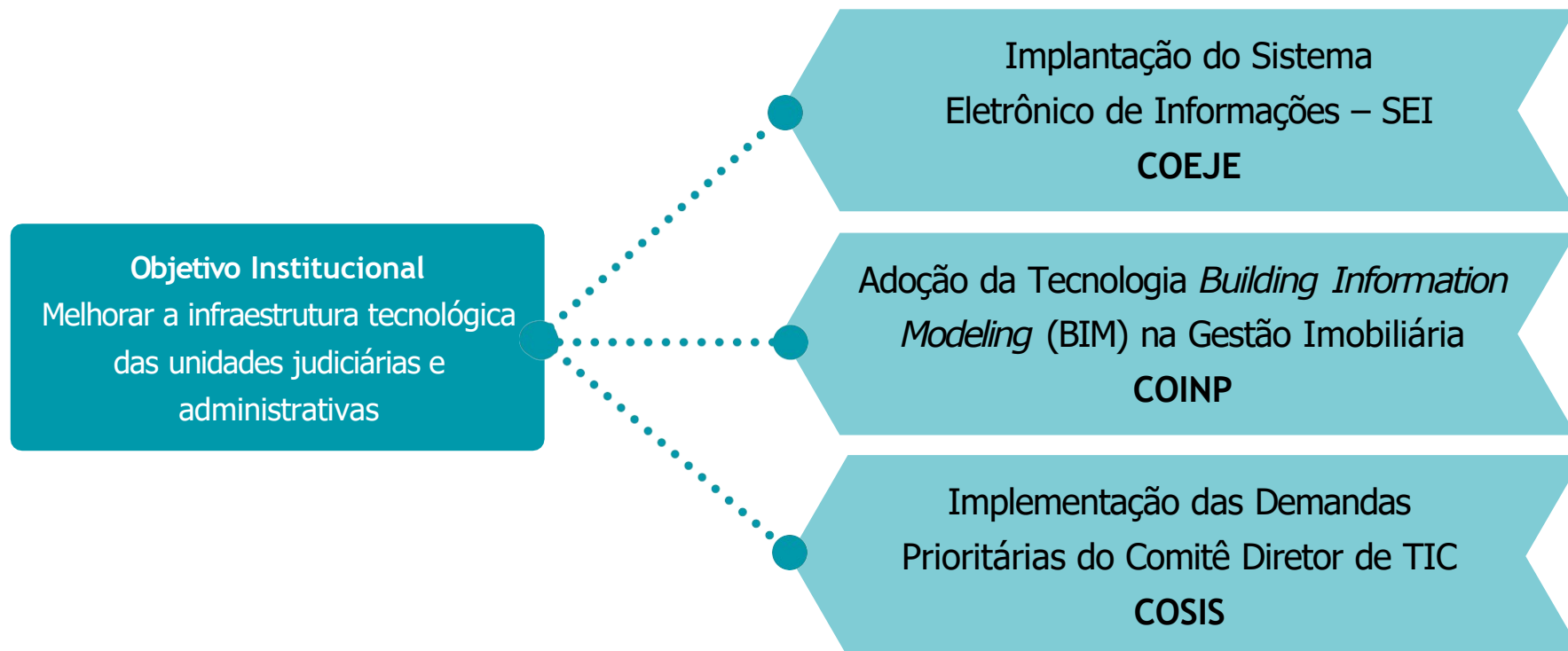
Implementação dos Orçamentos  
Anuais  
**SOF**



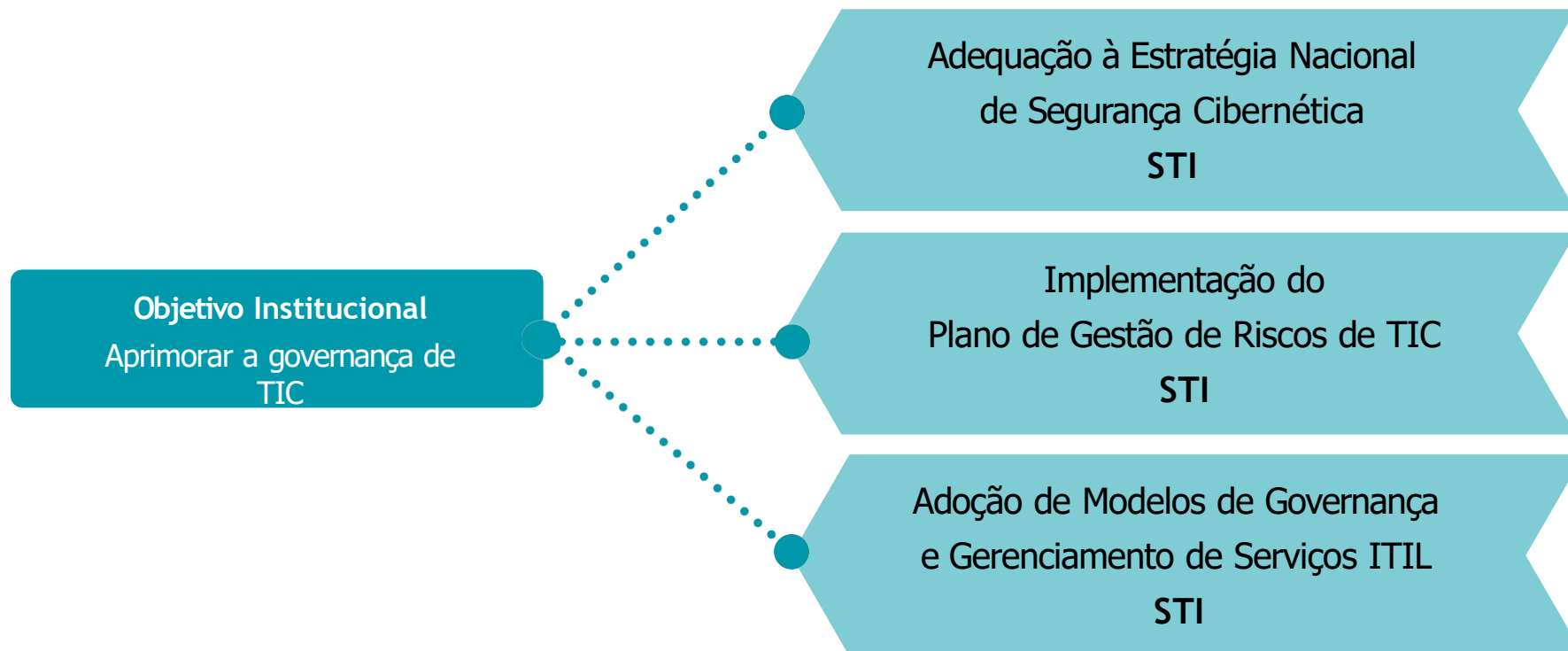
## Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



## Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



## Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



## Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

**Objetivo Institucional**  
Implementar a política de segurança de TIC

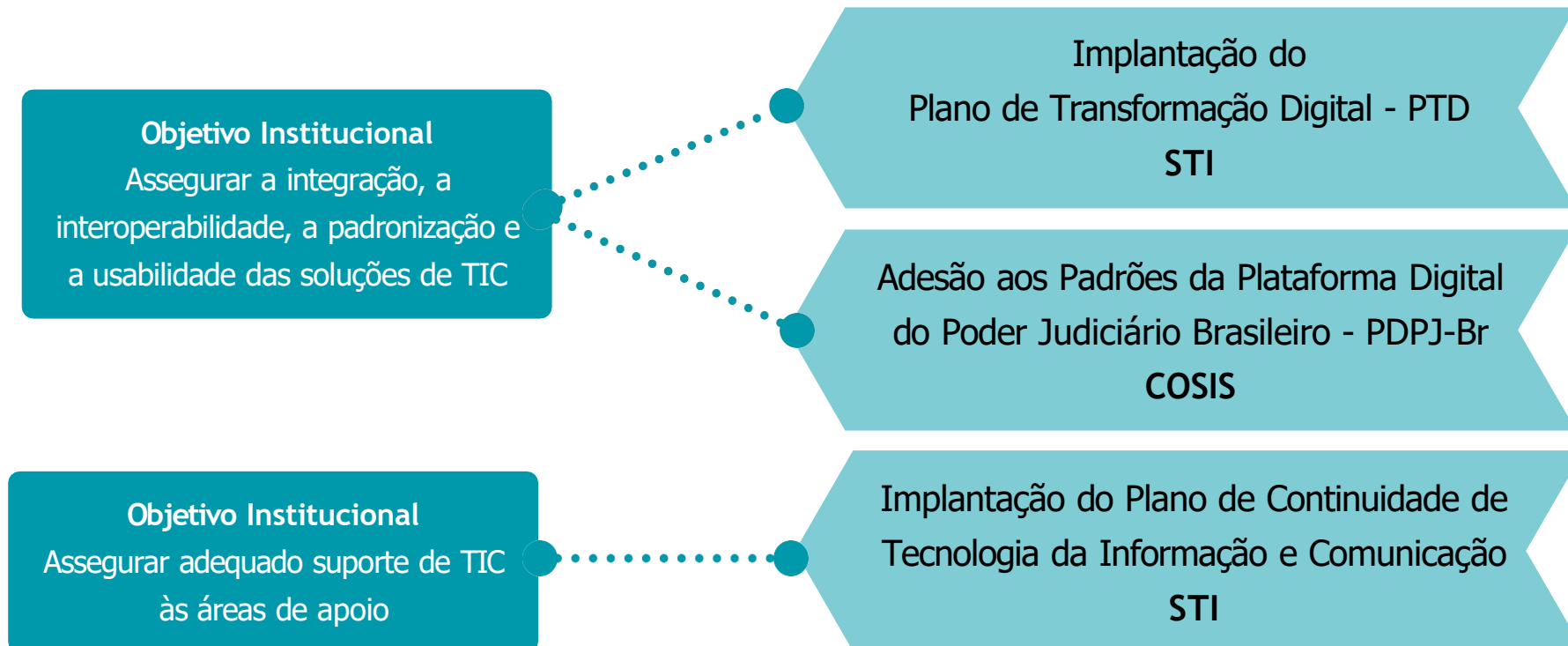
Revisão e Implementação da Política de Segurança da Informação  
**COINT e ASEGI**

**Objetivo Institucional**  
Aprimorar o processo de aquisição e de desenvolvimento de soluções de

Revisão dos processos de aquisição de soluções de TIC  
**COINT**



## Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados





## Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

**Objetivo Institucional**  
Desenvolver processos para classificação e tratamento de informações, assegurando a proteção dos dados críticos nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Normatização do Processo para Classificação de Informações Digitais  
**CSI**

Digitalização do Acervo Funcional de Magistrados e Servidores  
**COPES**



## GESTÃO DESTE PLANO ESTRATÉGICO

***Gestão Estratégica** é o conjunto de práticas estipuladas pelos gestores de uma organização, cujo objetivo é o alcance de objetivos previamente definidos para o enfrentamento dos desafios identificados pela observação de cenários externos (tendências de mercado, economia, política, fatores sociais, boas práticas, regulamentação, etc.) e internos (recursos humanos, orçamento, capacidade tecnológica, cultura organizacional, etc).*

A gestão deste Plano Estratégico, nos termos definidos na Resolução TRE-CE nº 793/2020, é realizada pelo **Comitê Estratégico**, mediante o monitoramento do desempenho institucional por meio da análise dos resultados dos indicadores de desempenho, da análise dos resultados das Metas Nacionais e Metas Específicas da Justiça Eleitoral, da verificação da realização de programas, projetos ou ações implementadas para alcance dos **Macrodesafios**, dos seus respectivos **indicadores de desempenho** e das **Metas Nacionais**.

### Comitê Estratégico

Instituído pela Resolução TRE-CE nº 603/2015, o Comitê Estratégico é o colegiado de caráter multidisciplinar formado pelos gestores das áreas do TRE-CE, responsável pela implementação coordenada de políticas, programas, projetos e ações, no âmbito das unidades administrativas e judiciárias, voltadas para melhoria contínua da gestão administrativa e da prestação jurisdicional. Periodicamente, o comitê deverá reunir-se para avaliar a implementação deste plano e discutir alternativas e possibilidades para superar as dificuldades e os problemas eventualmente identificados.



Há quatro passos para a gestão do plano estratégico. São eles:



#### Objetivos

- Facilitar o monitoramento ativo dos resultados institucionais.
- Compartilhar informações com facilidade.
- Nutrir o modelo de gestão com as informações necessárias para ajustar os planos.
- Manter o planejamento estratégico aderente às mudanças de cenário.
- Promover o alinhamento e a coordenação das ações e dos projetos entre os níveis estratégico, tático e operacional.



